

MOVIMENTO SINDICAL E A ATIVIDADE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: UM OLHAR SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS A PARTIR DOS ANOS 1990

TRADE UNION MOVEMENT AND TEACHING ACTIVITY IN PUBLIC HIGHER EDUCATION: A LOOK AT SOCIAL ACTIONS FROM THE 1990S ONWARDS

MOVIMIENTO SINDICAL Y ACTIVIDAD DOCENTE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA: UNA MIRADA A LAS ACCIONES SOCIALES DESDE LA DÉCADA DE 1990 EN ADELANTE

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-227>

Data de submissão: 23/08/2024

Data de publicação: 23/10/2024

Monique Alessandra Baraúna Silva

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

E-mail: moniabs06@gmail.com

Dayani Quero da Silva

Doutora em Educação Matemática

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

E-mail: day_dayani@hotmail.com

RESUMO

Esse texto apresenta um olhar sobre as ações sociais a partir dos anos 1990 do movimento sindical e das atividades docentes no ensino superior público. O estudo parte da análise das mudanças no mundo do trabalho, desde a Revolução Industrial até o modelo toyotista, que impactaram a organização e as lutas da classe trabalhadora. Em seguida, aborda a transição do sindicalismo combativo para um modelo propositivo, exemplificado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), e as consequências dessa mudança para a luta por direitos. Por fim, debruça-se sobre a realidade da atividade docente no ensino superior, marcado pela precarização, pela ideologia meritocrática e pela fragmentação das pautas sindicais. A pesquisa de campo, realizada com professores de uma universidade pública do Paraná, revela o distanciamento dos docentes em relação às lutas sindicais, a não identificação com a classe trabalhadora e a contradição entre a busca por qualificação individual e a necessidade de uma luta coletiva. A partir dessa pesquisa, é possível inferir que o sindicalismo docente na universidade pública enfrenta o desafio de resgatar sua essência combativa e de unificar a categoria em torno de pautas que enfrentem a lógica do capital e a precarização do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Docência. Universidade.

ABSTRACT

This text presents an overview of the social actions of the labor movement and teaching activities in public higher education since the 1990s. The study begins with an analysis of changes in the world of work, from the Industrial Revolution to the Toyotist model, which impacted the organization and struggles of the working class. It then addresses the transition from combative unionism to a proactive model, exemplified by the Central Única dos Trabalhadores (CUT), and the consequences of this shift for the fight for rights. Finally, it examines the reality of teaching in higher education, marked by precariousness, meritocratic ideology, and the fragmentation of union agendas. Field research,

conducted with professors at a public university in Paraná, reveals the distance between professors and union struggles, their lack of identification with the working class, and the contradiction between the pursuit of individual qualifications and the need for collective struggle. From this research, it is possible to infer that teaching unionism in public universities faces the challenge of recovering its combative essence and unifying the category around issues that confront the logic of capital and the precariousness of work.

Keywords: Education. Teaching. University.

RESUMEN

Este texto presenta un panorama de las acciones sociales del movimiento obrero y la actividad docente en la educación superior pública desde la década de 1990. El estudio comienza con un análisis de los cambios en el mundo del trabajo, desde la Revolución Industrial hasta el modelo toyotista, que impactaron la organización y las luchas de la clase trabajadora. A continuación, aborda la transición del sindicalismo combativo a un modelo proactivo, exemplificado por la Central Única de Trabajadores (CUT), y las consecuencias de este cambio para la lucha por los derechos. Finalmente, examina la realidad de la docencia en la educación superior, marcada por la precariedad, la ideología meritocrática y la fragmentación de las agendas sindicales. Una investigación de campo, realizada con docentes de una universidad pública de Paraná, revela la distancia entre los docentes y las luchas sindicales, su falta de identificación con la clase trabajadora y la contradicción entre la búsqueda de cualificaciones individuales y la necesidad de la lucha colectiva. A partir de esta investigación, es posible inferir que el sindicalismo docente en las universidades públicas se enfrenta al reto de recuperar su esencia combativa y unificar la profesión en torno a cuestiones que confrontan la lógica del capital y la precariedad laboral.

Palabras clave: Educación. Docencia. Universidad.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do movimento sindical na sociedade, mais expressivamente, se dá a medida em que se modificam as relações do homem com os seus meios de produção, a partir do momento em que se fragmenta o trabalho e o leva a condição de alienado, acarretando assim a formação da sociedade de classes que, em seu caráter, são antagônicas, a saber, os proprietários dos meios de produção e a massa trabalhadora que opera esses meios.

Assim, dentro deste contexto, procura-se refazer brevemente, a trajetória percorrida pelo movimento sindical a partir das transformações do mundo do trabalho, sobretudo com a Revolução Industrial, que surge em meados do século XVIII e se expande ao mundo no século XIX, enfocando as mobilizações sociais que atuaram a partir da década de 90. Dentro deste recorte, explicita-se as mudanças ocorridas na própria concepção do movimento sindical que, devido as influências neoliberais, abandona, em sua maioria, a característica combativa, aderindo assim, ideais propositivos. A luz deste movimento histórico, pretende-se aqui analisar o sindicalismo e o trabalho docente nas Universidades Públicas e sua participação frente as mudanças de cunho econômico social e político que acompanham o sistema econômico vigente, acrescendo de experiências vivenciadas por professores de uma universidade pública do Paraná e suas participações nos movimentos sindicais que norteiam o ensino, a pesquisa e a extensão nas Instituições de Ensino Superior.

2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho, desde os primórdios das civilizações, nas primeiras relações do homem com o meio, está presente na sociedade, sofrendo modificações a medida em que se constrói relações sociais mais complexas. O homem, que dá sentido a própria existência e tem no trabalho o elo de mediação que faz ele próprio com a natureza, vive numa sociedade que, de acordo com Karl Marx (1818-1883) tem por base o capital. Estruturada entre o capital e o trabalho, a sociedade capitalista promove o desinteresse do ser humano pelo seu próprio trabalho, pois este, na perspectiva das relações capitalistas de produção, leva os seus realizadores à condição de próprios escravos. A dimensão vital do trabalho se perde perante a dimensão da apropriação de sua realização por outrem, que não são os seus realizadores.

Portanto, devido às contradições da sociedade capitalista, o homem passa a negar o trabalho e reafirmá-lo, logo em seguida, não como sua essência, mas sim de modo desvinculado, que não pertence a si mesmo. Dentro destas condições, o trabalho capitalista também sofreu alterações de acordo com as necessidades que se originaram de seu próprio meio, bem como as crises que emergiram em suas próprias relações.

A partir da transformação do trabalho manufatureiro à condição de trabalho fabril, assalariado, advinda com a Revolução Industrial, no século XVI, o trabalho, aqui já encontrado no caráter de alienado e fragmentado passa por diferentes transformações que abarcam as próprias condições econômicas e políticas encontradas neste momento histórico. Neste contexto, encontra-se o fordismo e o taylorismo, modelos econômicos que repercutiram com a consolidação do sistema capitalista. Os capitalistas detinham os meios de produção, bem como o lucro, cabendo assim uma única alternativa a classe trabalhadora, vender sua mão de obra recebendo em troca um salário. A atuação nos meios de produção encontrada é de caráter fragmentado, onde o trabalhador participa somente de uma fração da totalidade da produção. Concentravam-se em grandes fábricas e indústrias, utilizando-se unicamente de sua força de trabalho na execução do trabalho.

A partir do modelo toyotista, busca-se uma maior “participação” do trabalhador, bem como de sua subjetividade. Atribui-se ao proletário não somente a função de utilizar sua mão de obra, mas também de se inteirar dos objetivos do capital, “ajudar” com novas ideias, sugestões, de forma que contribua com a empresa. Utiliza-se aqui termos como “vestir a camisa da empresa”, de modo que, o estranhamento em relação ao trabalho se amplifica e complexifica, demonstrando uma falsa “democratização” nas relações trabalhistas. Todavia, o que de fato se encontra, é uma intensa exploração da mão de obra do trabalhador, ou como Antunes (2005) denomina, da classe-que-vive-do-trabalho.

Cabe aqui ressaltar que, de acordo com o mesmo autor, a esta classe excluísse os gestores do capital, os pequenos empresários e a pequena burguesia, uma vez que possuem, mesmo de forma pouco significativa, parte dos meios de produção. Este estranhamento se intensifica e complexifica uma vez que se modifica a intervenção do trabalhador em relação aos meios de produção, com uma maior participação nos mecanismos que visam desenvolver de maneira mais eficiente as empresas, contudo o objetivo final mante-se, o lucro. E é neste aspecto que se pode notar uma certa ilusão da participação “democrática” nas ações capitalistas, pois não há apropriação do trabalhador dos resultados destas “intervenções”, uma vez que o lucro se destina sempre aos proprietários dos meios de produção.

Também, imbuído a este modelo econômico, o trabalho passa a descentralizar, não sendo de todo encontrado em fábricas de maneira concentrada, como anteriormente era encontrado nos modelos taylorista e fordista. Com o surgimento das transacionais, por exemplo, tem-se diferentes organizações e estruturas, que por sua vez não apresentam uma consolidada organização, exercendo funções em diferentes lugares e até mesmo em diferentes países e continentes para uma mesma empresa. Esta é

apenas uma forma de demonstrar a descentralização nas formas em que organizam os meios de produção a partir destas novas perspectivas adotadas.

A partir destas transformações que ocorreram no mundo do trabalho, Antunes (2005), elenca algumas características que surgem devido as “necessidades” causadas pelo próprio capitalismo, que na verdade, são consequências das mudanças que promoveram a reestruturação capitalista e que afetam, principalmente, a classe proletária.

Ao contrário dos modelos fordista e taylorista, é explícito o “esvaziamento” dos setores fabris, levando a descentralização do trabalho, a desregulamentação dos meios de produção, o trabalho encontrado em condições irregulares, a desconcentração do espaço produtivo. Essas são algumas das características que passaram a acompanhar este modelo de produção. Paralelamente a este movimento, estabeleceu-se também, em longa escala, a chamada terceirização do trabalho, iniciando-se com uma atividade quase que exclusiva de imigrantes em alguns países como Japão, Alemanha e Itália, mas expande por todo o mercado como alternativa ao desemprego. Esta medida que se ampliou rapidamente, consiste no trabalho não regulamentado, prestadores de serviços para grandes capitalistas transacionais, que acarretam por sua vez, trabalho precarizado, fragmentando e temporário, além dos altíssimos níveis de desemprego.

Observa-se também as disparidades entre as condições de trabalho e os próprios salários entre diferentes grupos da classe trabalhadora, como as diferenças que o mercado assegura dos homens das mulheres, os imigrantes, e também a própria diferença na oferta do emprego as diferentes faixas etárias. Tem-se percebido, com bastante veemência, desemprego entre jovens recém-formados e indivíduos que são considerados “velhos” para o mercado de trabalho, que possuem acima de quarenta anos de idade.

Estes e outros elementos, a partir das modificações que são encontradas no mundo do trabalho, passam a configurar uma nova visão a respeito das relações existentes entre capital, meios de produção e classe trabalhadora, bem como dos movimentos sindicais que acompanham estas transformações.

3 O SINDICALISMO NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 90

O modo como a sociedade capitalista se organiza e como o trabalho é concebido por ela, contribuíram, por sua vez, para a formação de sindicatos trabalhistas que visavam lutar em favor dos interesses da classe trabalhadora em seu conjunto. Cabe ressaltar aqui a importância do sindicalismo em se configurar num espaço de aglutinação de representação de interesses da classe trabalhadora, através de seus representantes escolhidos na base, que passam a lutar em prol da defesa, melhoria,

regulamentação de um direito ou uma causa que lhes pareçam comum, o que, se constitui, a essência do movimento.

No Brasil, o movimento sindical foi resultado da industrialização que ocorreu no término do modelo manufatureiro e na intensiva produção em longa escala. Acentua-se em todos os setores, combatendo as horas excessivas de jornada de trabalho, as precárias condições disponibilizadas para exercer o seu serviço.

Estas mobilizações se solidificam a partir da década de 60, no período ditatorial, defendendo ideais democráticos e igualitários. Os trabalhadores passam a se organizar e se estruturar em organizações sindicais fortes, como por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que possui importante papel neste momento histórico do país na luta em prol dos direitos da classe proletária.

Com extensivos embates no período ditatorial, os movimentos sindicais brasileiros intensificaram suas lutas, enraizando-se no cenário político, econômico e social que se configura neste momento histórico. Constroem sua identidade, pautada na luta contra as aviltantes condições de trabalho em que o proletariado se submetia nos moldes dos meios de produção.

No entanto, esta perspectiva de movimento combativo, engendrado as concepções que norteavam a luta sindical proletária, passa a, paulatinamente, assumir outra postura. Com a disseminação dos ideais neoliberais, a partir da década de 90, fortifica-se a defesa da supremacia do capital, do direito à propriedade e da minimização do poder do Estado. Para responder a esta nova lógica do capital, profundas transformações na estrutura que compunham o trabalho foram inevitáveis. Os ideais neoliberais disseminam-se rapidamente por diversos setores da sociedade, inclusive nas organizações sindicais. Nesta perspectiva, conseguem-se “infiltrar” nos Sindicatos historicamente constituídos, como por exemplo, no interior da própria CUT.

Dentro da CUT passa a ser disseminado, por influência das novas configurações do capital, uma corrente de sindicalismo propositivo, substituindo o enfoque combativo das lutas da classe proletária. Propõe-se assim, a ideia de repensar a crise do capital e das relações trabalhistas, indicando possíveis “soluções” aos problemas de política de desenvolvimento. Dessa maneira, a CUT passa a defender propostas que melhorem as condições do proletariado, que, por muitas vezes, são utópicas, desgastando assim as suas forças com tentativas de produzir políticas que “ajudem” a classe trabalhadora, como cooperativas, associações, mudando o foco da luta sindical, da contrariedade ao sistema neoliberal e suas políticas de minimização do poder do Estado. Proliferam-se fóruns e encontros para a discussão de ações que devem ser tomadas ou refletidas, denominados tripartites: com a presença dos governos, das associações patronais e dos sindicatos.

Os movimentos sindicais, aqui representados pela CUT, assumem uma postura de se associar as instâncias que outrora combatia enfaticamente. Os direitos trabalhistas, anteriormente tido como o foco da luta proletária, dá lugar há interesses que sejam comuns as três instâncias já citadas, a saber os governos, o capital e as organizações sindicais. Como resultado destas alianças, tem-se a descaracterização dos princípios que norteavam a luta proletária e a infiltração da lógica do capital. Nos documentos da década de 90, por exemplo, CUT procura tirar o foco da luta contra o capitalismo, de forma que para a classe trabalhadora não há mais “inimigos”:

a concepção dos anos 80 centrava-se, fundamentalmente, na oposição entre a “classe trabalhadora” e o bloco formado pelo “governo” e “empresários”. Jás os documentos da CUT, nos anos 90, passaram a se centrar numa suposta oposição entre a “sociedade civil” e o “governo”, e não mais entre os capitalistas, cujos interesses estão representados no governo, e os trabalhadores. Os documentos da CUT têm ocultado a existência de interesses de classes em confronto na sociedade. É como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada. Os trabalhadores não têm mais inimigos, e a CUT pode, agora, aspirar a representar “a sociedade”. (BOITO, 1996).

Ilustrando de fato o teor desta influência do movimento propositivo, assistiu-se a fóruns intitulados “Rumo à construção de um projeto educacional para o país”, promovidos pela própria CUT, que elencavam propostas e discutiam medidas que deveriam ser efetivadas para a melhoria educação nacional. Estas e outras atitudes foram tomadas ao invés de se pautar na luta a favor da estatização do ensino privado, e universalização do ensino público, por exemplo, ideais que de fato respondem a bandeira proletária, enfatizando assim o neoliberalismo, a supremacia do capital, e fortificando a manutenção e o aprimoramento do ensino privado no país.

O resultado desta influência expressiva no sindicalismo é a fragmentação e descaracterização do movimento. Procura-se desarticular os grupos trabalhistas e suas lutas. A criação das câmaras setoriais, por exemplo, explicita claramente as intenções do capital. Dentro destas câmaras setoriais se propõe regimes de colaboração entre propostas sindicais, governamentais e patronais, que não “ultrapassem” os limites do regime neoliberal. Essas ações, são totalmente incabíveis, uma vez que são regimes de colaboração entre partes desiguais (BOITO, 1996).

Acabam por descentralizar o próprio sistema sindical, uma vez que cada instância dentro do movimento defende os seus interesses, o que descaracteriza e fragiliza as forças de luta, bem como proporciona contradições de objeto de defesa dentro do próprio espaço. As reivindicações passam a ser “mesquinhas” e individualizadas, criando diferenças de objetivo dentro do movimento. Também acaba por ocorrer negociações que mancham a imagem de luta pelos trabalhadores, como a competição de investimentos, onde instâncias se comprometem a “reivindicar menos” se acontecer

investimentos em seu município. Passa-se a criar uma ideologia de luta por interesses, da abertura de concessões e negociações duvidosas.

Boito (1996), neste sentido, denomina este processo de despolitização sindical. De uma forma consideravelmente traiçoeira, levam os próprios trabalhadores a defenderem melhorias para a empresa, esvaziando a luta pelos direitos da classe proletária.

Todo este contexto, procura unir duas instâncias de natureza impreverivelmente distintas, o neoliberalismo ao sindicalismo. Neste aspecto, quem prevalece indiscutivelmente são os ideais do capitalismo, que insere dentro do movimento sindical, de forma sutil, suas características e assim, garante a sua manutenção e consolidação nas políticas públicas. Leva assim “o movimento sindical a legitimar o principal objetivo político da corrente neoliberal em relação às classes trabalhadoras: suprimir e restringir direitos sociais” (BOITO, 1996).

O interessante é observar como a intervenção no meio sindical tem a aceitação da massa, e neste aspecto, Boito (1996) explicita a ideia de uma “roupagem populista” que o neoliberalismo “veste” para atrair os interesses da classe trabalhadora. O que constitui direitos trabalhistas, que foram apropriados mediante lutas e embates no decorrer da história sindical, passa ser vistos como privilégios, e estes, por sua vez, são ofertados de forma desigual. Neste sentido, surgem embates dentro dos próprios setores sindicais, uma vez que os chamados “privilégios” não são entendidos como resultado de sua própria luta histórica.

Dentro da lógica do capital, subsidiam assim as câmaras setoriais que possibilitam o lucro, como os sindicatos dos metalúrgicos, por exemplo, e procuram enfraquecer as lutas dos proletariados que abarcam os setores públicos. Esta disparidade se dá pelo interesse no lucro, uma vez que investir-se nos setores públicos não é viável para o capital, pois não proporciona benefícios à luz da análise econômica do lucro. Os setores privilegiados, por sua vez, passam a não se identificar com a luta dos demais grupos sindicais, de forma que o movimento, em sua totalidade se fragmenta, fragiliza e descaracteriza.

4 SINDICALISMO E TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A partir das novas configurações que nortearam o mundo do trabalho, e ainda norteiam, a educação passou a se moldar nos padrões exigidos pela sociedade do capital. Têm-se legislações, portarias, e todas as políticas públicas que embasam e subsidiam a educação, pautada nas necessidades geradas pelas próprias relações de trabalho.

Alguns teóricos que discutem a questão das políticas educacionais subsidiarem as necessidades do sistema, uma vez que a própria estruturação do sistema capitalista origina estas crises. Cabe

ressaltar que a precarização da educação não se deu por si só, mas ocorre nas novas estratégias do sistema capitalista para superar as crises que se desdobram em suas próprias estruturas. Uma das medidas adotadas, e neste aspecto, pode ser considerada a de maior complexibilidade, é a minimização do poder do Estado, tendo-se em vista que as políticas sociais garantidas por lei se tornam um “atraso” ao crescimento do país. Nota-se que o crescimento abordado aqui, encarrega-se da função unicamente econômica, visto que é este desenvolvimento que é de interesse ao capital.

Pauta-se então na minimização do poder estatal, que, segundo teóricos liberais que defendem esta concepção, é a solução para a crise do capital, uma vez que o Estado deve estar livre para subsidiar as indigências produzidas pelo próprio sistema econômico, como por exemplo, injetar recursos para auxiliar grandes empresas com possibilidade de falência, ou mesmo reduzir a arrecadação de impostos para “esquentar” o mercado.

Todas estas medidas defendidas pelo Estado liberal, a partir da década de 90, passam a atingir paulatinamente as políticas sociais, garantidas por lei na Constituição. E dentro deste contexto, encontra-se a educação.

A partir do modelo de produção toyotista, a educação torna-se ferramenta na manutenção do sistema, transformando paulatinamente o objetivo da escola, que era centrado no *lócus de formação*, para uma preparação ao mundo do trabalho, um ambiente de capacitação para a inserção no mercado.

Com as influências não somente no setor econômico, o sistema capitalista gera uma nova ideologia, que contempla a sociedade em todas as suas instâncias. Essa nova lógica defende a individualidade, a meritocracia, e o objetivo de sempre vencer e ser o primeiro. Prioriza-se as conquistas próprias, e assim, acentua-se a preocupação de superação social do sujeito e não da sociedade em sua totalidade, o que nada mais é do que a concepção liberal de indivíduo.

Nesta competitiva ânsia de se obter sempre o “lugar mais alto do pódio”, alguns autores apresentam que a inserção desta ideologia no âmbito educacional, afeta diretamente o trabalho docente, mais expressivamente, o docente do Ensino Superior. Esta ideologia meritocrática pode ser percebida nas atividades que norteiam o trabalho docente, que se divide em ministrar aulas, preparar conteúdos, mas concomitantemente, se debruça na produção de artigos, busca a qualificação, concorre a projetos, ou seja, insere-se paulatinamente na lógica do capital. O trabalho docente configura-se aqui de maneira que absorve a ideologia do capital, quase em sua totalidade.

Na tarefa de se dedicar a Universidade, de buscar a qualificação, produções acadêmicas e ainda cumprir sua função de ensinar e orientar trabalhos acadêmicos, o professor, na condição de sua exploração intelectual, tem que lidar com algumas consequências de âmbito até pessoal, como: a ausência de lazer, o afastamento da família e o adoecimento físico e psíquico.

A partir da análise da condição de trabalho posta ao docente neste contexto político, econômico e social e a ideologia neoliberal que se insere no âmbito educacional, retorna-se aqui a condição do docente como classe proletária, em exploração de seu trabalho nas condições impostas pelo sistema. Salienta-se a mais valia observada no trabalho docente, uma vez que é explorada a subjetividade do trabalhador, na condição de produção em excessiva de publicações, não somente com o intuito de discutir questões que norteiam a educação, mas também se percebe a produção acadêmica como meio de superação social individual.

Ora, entendendo o professor como classe proletária, integrante das lutas, das reivindicações que norteiam esta classe, deve-se situa-lo também nos movimentos de transformação que se configuram nas bases sindicais, a saber o abandono do sindicalismo combativo para uma posição propositiva.

Ainda neste cenário de contradições, de sua função histórica e o capital, as desarticulações dos movimentos sindicais também se tornam expressivas. A fragmentação dos objetos de luta incide de maneira calamitosa o trabalho docente em seu âmbito geral, uma vez que a própria divisão entre instâncias já delimita o plano de ação de cada organização sindical.

Em se tratando da Universidade Pública, observa-se as disparidades entre setores Federais e Estaduais e ainda, as divergências entre os próprios interesses que norteiam a luta de cada uma destas instituições. Além destes percalços, observa-se uma grande tendência ao abandono das reivindicações e lutas proletárias por parte dos docentes, ou mesmo, um processo de desinteresse e descomprometimento.

Para fundamentar este fenômeno, realizou-se uma pesquisa com professores de uma universidade pública do Paraná com a utilização de entrevistas. A partir das informações das entrevistas, é possível dizer que nenhum professor nega a importância do Sindicalismo Docente, como também a grande maioria reafirmar a importância do mesmo na categoria alguns ainda explicitaram a função das mobilizações sociais na educação.

Ao serem interrogados a respeito de como vem se configurando o cenário sindical no âmbito nacional, estadual e mesmo dentro da instituição, a maioria não soube tecer maiores esclarecimentos, alguns pontuaram o que se divulga na grande mídia, e poucos souberam de fato explicitar as verdadeiras condições em que se encontram as mobilizações docentes do Ensino Superior.

A partir do momento que a entrevista toma um caráter mais pessoal, questionando a participação individual nas lutas sindicais, encontrou-se grande divergência de pensamentos. Alguns consideram-se envolvidos, pois estão sempre recebendo informações a respeito das reuniões e quando conseguem, participam da mesma. Um professor pontuou que a representação sindical da

Universidade já é bem satisfatória, entendo então que sua participação seria, de certo modo, desnecessária. Mas a maioria das justificativas ao não envolvimento com questões sindicais se pautaram no amplo envolvimento com as atividades acadêmicas e também produções pessoais, na dedicação a pesquisa, nas publicações, na qualificação.

Para encerrar o diagnóstico com os professores desta instituição, foram solicitadas indicações para tornar o sindicalismo docente na universidade mais representativo. Foram quase unanimes em afirmar que a desarticulação é um problema que precisa ser resolvido. Alguns colocaram a falta de informação a respeito das discussões, sugerindo a participação de pelo menos um representante de cada curso, e outros colocaram ainda que na verdade falta a iniciativa de cada um.

Considera-se aqui uma ampla contradição, ocasionada pela própria ideologia da lógica do capital, pois na ânsia de superação social individual, esquece-se o compromisso com a classe proletária, em que se encontra o trabalho docente. Neste sentido, salienta-se outro impasse que dificulta a articulação das mobilizações docentes em prol de suas reivindicações: a não identificação como classe proletária. Esse processo de alienação, já identificado por Marx, se complexifica à medida que passa a compreender o trabalho docente no Ensino Superior em sua totalidade, onde o trabalhador aliena-se de sua classe, de sua luta, de seu trabalho, levando a alienação de si mesmo.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da análise do movimento histórico que encampa a luta da classe proletária, em sua totalidade, nota-se que desde a formação das mobilizações sindicais até a contemporaneidade, significativas mudanças ocorreram nos objetos de reivindicações, bem como na própria articulação neste segmento.

Assim, encontra-se o trabalho docente, que por si só, já sobrevive em meio as contradições entre sua função social e a lógica do capital, nas estratégias do sistema em explorar o trabalho docente por meio da corrida a qualificação, as excessivas produções, as publicações e ao envolvimento com a pesquisa e a extensão.

Além destas condições de trabalho impostas ao professor, encontra-se também a fragmentação dos movimentos sindicais que norteiam a luta no Ensino Superior bem como o desinteresse do próprio docente em se relacionar as lutas de sua base sindical. E é em meio a este contexto que se encontra hoje o Sindicalismo Docente na Universidade Pública, perpassando por todas estas contradições e percalços, agindo nas brechas que o próprio sistema proporciona, para cumprir sua função política e social, resgatando a essência do sindicalismo combativo e lutando pelos ideais da classe proletária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O caracol e sua concha ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BOITO, J.R.A. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista, São Paulo, n. 3, p. 80-105, 1996.